

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Seguradora) submeteu à apreciação de V. Sas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os documentos foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), além da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O modelo de publicação das Demonstrações Financeiras bem como as informações apresentadas seguem os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores.

Conjuntura Econômica
A economia brasileira se manteve em recuperação apresentando crescimento moderado em 2019. Sob ótica da demanda, o consumo das famílias e os investimentos do país recebeu ao longo do período contribuições positivamente para este cenário. Por outro lado, a oferta dos setores de serviços e agricultura foram os principais direcionadores deste movimento.

A alta taxa de desemprego e o baixo nível de capacidade instalada da indústria têm permitido uma aceleração no ritmo de atividade econômica, sem pressões inflacionárias. Em paralelo, a inflação tem encerrado o ano no patamar de 4,31%, pressionada por choques pontuais de oferta, as expectativas para 2020 estão abaixo da meta do Banco Central que é de 4,00%.

O fluxo de investimento estrangeiro direto intensou o aumento do déficit em transações correntes, o que aliado com um alto nível de reservas internacionais, manteve o país numa posição sólida em relação às contas externas.

A Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência

A Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Seguradora) é uma *joint venture* criada em 2011 a partir da parceria entre dois dos maiores conglomerados do mundo nos setores segurador e financeiro: Grupos Zurich e Santander. A Seguradora atua com o crescente modelo de negócio de *Bancassurance* (venda dos produtos de seguros em agências bancárias), tendo o Santander como canal de distribuição. A *joint venture* está presente em cinco países: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e México.

Com o propósito de "assegurar a tranquilidade das pessoas e dos seus negócios, contribuindo para que seus planos prosperem", a Seguradora comercializa seguros de vida, prestamista, acidentes pessoais e outros ramos ligados a pessoas. Também oferece planos de previdência privada nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Em dezembro de 2019, a Seguradora ocupava a 3ª posição nos segmentos de vida e previdência e a 6ª colocação no mercado geral de seguradoras.

Visando gerar valor para todos os seus *stakeholders*, a Seguradora apoiou, por meio de recursos incentivados, novos projetos sociais com foco no desenvolvimento de crianças e adolescentes com um total de R\$1,9 milhão. Também apoiou seis iniciativas que visam oferecer melhoria na qualidade de vida e bem-estar de idosos com um total R\$1,9 milhão. Para fomentar a cultura e obras audiovisuais,

a companhia aporou R\$7,6 milhões para a realização de espetáculos teatrais e musicais bem como recursos da ordem de R\$1,6 milhão para promover ações voltadas ao esporte. Com foco na preservação do meio ambiente, internamente a ecoeficiência é um tema que está em pauta na agenda de toda a companhia. Ao longo do ano, houve a eliminação do plástico de uso rápido em uma campanha chamada "Desplastifique", ações para economia de energia, água, coleta seletiva e outras medidas de conscientização.

Na gestão de investimentos, a Seguradora é signatária da Declaração dos Títulos Verdes, segue as diretrizes dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) e é membro da Iniciativa para as Finanças Verdes do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Desempenho Econômico Financeiro

No Brasil, a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. possui 100% de participação no capital da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. e 99% da Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. Ao final do exercício, a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., registrou em 31 de dezembro de 2019 um lucro líquido de R\$1.269 milhão (R\$1.038 milhão em 31 de dezembro de 2018), patrimônio líquido de R\$4.134 milhões (R\$3.527 milhões em 31 de dezembro de 2018) e provisões técnicas de seguros e previdência de R\$59.749 milhões (R\$50.075 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Já a Zurich Santander Brasil Seguros S.A., registrou em 31 de dezembro de 2019 um lucro líquido de R\$182 milhões (R\$187 milhões em 31 de dezembro de 2018), patrimônio líquido de R\$181 milhões (R\$ 177 milhões em 31 de dezembro de 2018) e provisões técnicas de seguros de R\$454 milhões (R\$ 398 milhões em 31 de dezembro de 2018).

E a Zurich Santander Brasil Odonto Ltda., registrou em 31 de dezembro de 2019 um prejuízo de R\$3 milhões (R\$5 milhões em 31 de dezembro de 2018), patrimônio líquido de R\$22 milhões (R\$26 milhões em 31 de dezembro de 2018). Em 19 de janeiro de 2018, foi efetuado um aporte de capital na controlada no montante de R\$31 milhões.

Para o próximo ano, a perspectiva é que a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., continue expandindo seus negócios, aumentando o volume de prêmios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios por meio do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de seguros.

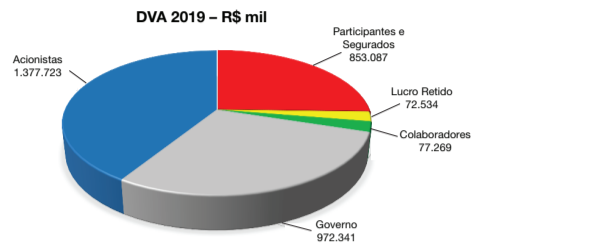
Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido referente ao exercício de, no mínimo, 25%. A Assembleia Anual dos Acionistas pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes do último balanço patrimonial anual ou semestral ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses – desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. Nestes casos, estes dividendos são incluídos integralmente aos dividendos obrigatórios. A Assembleia Geral poderá destinar a formação de reserva para equalização de dividendos, limitada ao valor do capital social tendo como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de

lucros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O objetivo é manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que uma vez atingido esse limite, poderá ocorrer deliberação sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou o aumento do capital social; e/ou obter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas no orçamento da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos.

Distribuição do Valor Adicionado

A seguir apresentamos a demonstração da Distribuição do Valor Adicionado do exercício de 2019, que evidencia como os valores gerados pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. retornaram à sociedade. Do total do valor agregado pela Seguradora, R\$77 milhões foram distribuídos aos funcionários e administradores, por meio de pagamento de salários, benefícios e participações nos resultados. A remuneração do capital empregado pelos acionistas e a retenção dos lucros representam R\$1 milhão e R\$72 milhões, respectivamente. A parcela relativa ao Governo correspondente aos tributos, taxas e encargos sociais representam R\$972 milhões. Aos participantes e segurados foram distribuídos R\$853 milhões da riqueza produzida, correspondentes aos excedentes financeiros gerados por conta da superação da garantia mínima contratual e o pagamento de indenizações e benefícios. Assim a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. cumpre também sua função social, retornando à sociedade a riqueza econômica obtida através de suas operações.



Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, por sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

Demonstração de Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios Emitidos		4.709.900	4.301.886
Contribuições para Cobertura de Riscos		47.300	46.621
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		(356.045)	(566.589)
Prêmios Ganhos	21.1	4.401.155	3.781.918
Receita com Emissão de Apólices		16.541	13.152
Sinistros Ocorridos	21.2	(682.637)	(630.371)
Custos de Aquisição	21.3	(2.253.902)	(2.051.588)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	21.4	(13.589)	6.757
Resultado com Operações de Resseguro		(4.540)	4.408
Receita com Resseguro		8.171	14.638
Despesa com Resseguro		(12.711)	(10.230)
Rendas de Contribuições e Prêmios		10.295.962	5.847.111
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(10.295.978)	(5.839.494)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		(16)	7.617
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		124.791	86.990
Variação de Outras Provisões Técnicas		2.330	(6.303)
Custos de Aquisição	21.3	(31.386)	(8.558)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	21.4	(31.829)	9.990
Resultado com Operações de Resseguro		6.529	(510)
Despesa com Resseguro		(372)	(510)
Despesas Administrativas	22.1	(191.988)	(176.193)
Despesas com Tributos	22.2	(224.576)	(199.579)
Resultado Financeiro	22.3	526.759	506.566
Resultado Patrimonial	22.4	178.437	181.875
Resultado Operacional		1.853.176	1.525.851
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		601	5.739
Resultados antes dos Impostos e Participações		1.853.777	1.531.590
Imposto de Renda	22.5	(353.125)	(261.384)
Contribuição Social	22.5	(221.225)	(220.245)
Participação sobre o Resultado	22.5	(10.872)	(12.282)
Lucro Líquido do Exercício		1.268.555	1.037.679
Quantidade de Ações (Mil)		11.251.175	11.251.175
Lucro por Ação – R\$		0,11	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	1.268.555	1.037.679
Outros Resultados Abrangentes	179.949	29.595
Lucro Não Realizado com Títulos e Valores Mobiliários no Exercício	336.443	7.005
Resultado Realizado com Títulos e Valores Mobiliários no Exercício	(38.970)	33.328
Participação no Resultado Abrangente da Controlada	8.968	1.272
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial	(126.492)	(12.010)
Resultado Abrangente do Exercício	1.448.504	1.067.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

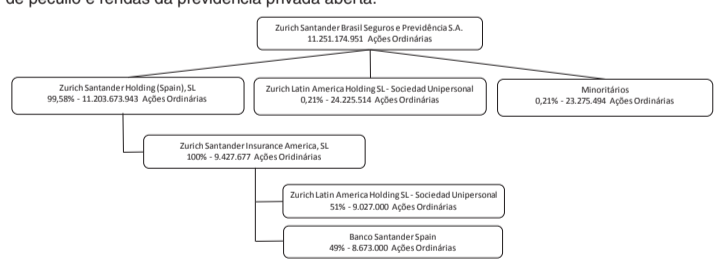
	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		1.268.555	1.037.679
Ajustes para:		(85.428)	(98.700)
Depreciações e Amortizações	22.1	18.505	16.105
Reversão da Perda por Redução do Valor Recuperável dos Ativos	21.4	(83)	(21.993)
Reversão da Alienação de Imobilizado e Intangível		–	(6.089)
Reversão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.2	61.657	97.151
Resultado de Participação em Controlada	22.4	(178.437)	(181.520)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23a	12.685	(2.942)
Outros		245	588
Varição nas Contas Patrimoniais:		62.887	51.494
Ativos Financeiros		(9.469.216)	(4.969.659)
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		(23.712)	(18.891)
Créditos das Operações com Previdência Complementar		(3.102)	(1.193)
Ativos de Resseguro e Retrocessão – Provisões Técnicas		816	(166)
Outros Créditos Operacionais		(18.400)	1.784
Títulos e Créditos a Receber		20.507	28.577
Créditos Fiscais e Previdenciários		(31.620)	36.000
Depósitos Judiciais e Fiscais		(90.678)	34.195
Outros Valores e Bens		814	(982)
Despesas Antecipadas		(1.801)	1.267
Custos de Aquisição Diferidos		(537.128)	(374.817)
Impostos e Contribuições		571.468	434.258
Obrigações a Pagar e Outras Contas a Pagar		(9.140)	(36.597)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		(14.099)	73.662
Débitos de operações com Previdência Complementar		(333)	8.425
Depósitos de Terceiros		30.510	5.383
Provisões Técnicas – Seguros		9.014.508	4.600.301
Provisões Técnicas – Previdência Complementar		659.776	295.939
Provisões Judiciais		(39.833)	(65.622)
Caixa Gerado pelas Operações		1.246.014	990.473
Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Pago		(467.954)	(393.142)
Recebimento de Dividendos		187.179	183.567
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		965.239	780.898
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado		–	(150)
Aquisição de Intangível	12.2	(9.827)	(15.792)
Alienação de Imobilizado		–	965
Alienação de Investimentos		–	8
Alienação de Intangível	12.2	3.281	–
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(6.546)	(14.969)
Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	20b	(844.196)	(730.995)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		(844.196)	(730.995)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		114.497	34.934
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		86.695	51.761
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		201.192	86.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

A Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Seguradora), é domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 – Bloco A – 20º Andar – Vila Olímpia – São Paulo – SP e opera em todas as regiões do país, controlada pela Zurich Santander Holding (Spain), S.L (Zurich Santander), conforme composição acionária demonstrada abaixo, com sede na Espanha. Seu objetivo consiste na comercialização das operações de seguros de pessoas, bem como planos de saúde e rendas da previdência privada aberta.



2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pela SUSEP através da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores.

2.1. Base de Elaboração

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2. Moeda Funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.3. Estimativas e Julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos, bem como os montantes divulgados de receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em exercícos subsequentes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas e premissas. Das estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com os CPCs e são as melhores estimativas realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores significativos. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

- a) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Intangível (Nota 12.2) – Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), por ter vida útil indefinida, é submetido a teste de recuperabilidade (*impairment*), anualmente, independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável. O cálculo do teste de recuperabilidade foi efetuado com base, principalmente, nas premissas de (i) fluxo de caixa futuro (20 anos) considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação; (ii) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade e; (iii) taxa de desconto calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). Perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.
- b) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência (Nota 18) – As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da Seguradora para com os seus segurados e participantes. A determinação do valor do passivo depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em rendas, resgates e rentabilidade sobre ativos. As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da seguradora, *benchmarks* de mercado, normativos regulatórios e na experiência do atuário, que busca convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessários, são reconhecidos nos resultados do respectivo exercício.
- c) Provisões Judiciais (Nota 15) – A Seguradora revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.
- d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 23a) – Os Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável

vel que a Seguradora irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da Seguradora é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos. e) Valor Justo (Nota 5.3) – O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2020.

3 Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas:

3.1. Contratos de Seguros

De acordo com as determinações contidas no CPC 11, Contrato de seguro é um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico o afetar adversamente. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

3.1.1. Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado na rubrica Prêmios Emitidos. Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos recebíveis de prêmios de seguros, a Seguradora constitui uma redução ao valor recuperável suficiente para cobrir tal perda com base em estudo próprio, considerando a média de perdas realizadas, os prêmios cancelados e os riscos decorridos. Estudo próprio em vigor desde fevereiro/2018.

3.1.2. Contribuição de Previdência

As contribuições de riscos de previdência complementar são registradas pela emissão do risco e apropriadas ao resultado quando no momento de sua emissão das respectivas apólices e endossos, independentemente de estarem vigentes. As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Plano Gerador de Benefícios (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) são multirrisco/reconhecidos quando de seu efetivo recebimento.

3.1.3. Tábuas, Taxas de Carregamento e de Juros

Os produtos de acumulação ativamente comercializados pela Seguradora utilizam para precificação as Tábuas de Sobrevivência BR-EMS e planos com renda certa, aplicada sobre as vendas novas, taxa de juros 0% a.a. e carregamentos entre 0% e 2%.

3.1.4. Resseguros

Os prêmios de resseguro são contabilizados e apresentados na rubrica Resultado com Operações de Resseguros na Demonstração do Resultado. Por ser uma Seguradora de varejo, que comercializa produtos através do canal bancário, a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., não tem por característica assumir grandes riscos, havendo uma grande pulverização de riscos e concentração em baixos valores de importância segura. Sendo assim, adota em sua política de riscos de subscrição, o repasse do risco ao Ressegurador Local visando a proteção da carteira nos capitais mais elevados. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos sinistros junto ao Ressegurador Local, embora não liberem o segurador líder da obrigação principal dos riscos de objeto do resseguro, expondo o mesmo ao risco de crédito. As operações de prêmios emitidos de resseguro em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão representadas 100% pelo IRB Brasil RE (*rating* A – concedido pela A.M. Best). O diferimento do prêmio de resseguro é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro, sendo reconhecidos linearmente em período de 12 meses.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes dos contratos de resseguro são baixados com base na prestação de contas que é elaborada pela seguradora e submetido a análise do Ressegurador Local.

3.1.5. Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos relacionados à originação de seguros. Esses custos incluem as comissões a corretores, agenciamentos e angariações que são registradas e diferidas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas de prêmios, ou seja, ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices.

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Os valores das aplicações em fundos de investimentos foram obtidos a partir dos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os certificados de depósitos bancários e as debêntures são registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos atrelados às variações do CDI, que se aproximam de seu valor justo.

Redução ao Valor Recuperável (impairment) de Ativos Financeiros
A Seguradora avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

Para os títulos da dívida, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. No caso de ações classificadas como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por impairment em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por impairment ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por impairment é revertido por meio da demonstração do resultado.

3.3. Investimentos
Os investimentos em controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.4. Imobilizado
O imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração do Resultado na rubrica Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes.

3.5. Intangível
Os gastos com desenvolvimento de software são reconhecidos como ativos intangíveis inicialmente ao custo, desde que haja relação que demonstre a geração de benefícios econômicos futuros e intenção e capacidade da Seguradora em concluir o seu desenvolvimento. Na Seguradora os ativos intangíveis estão representados basicamente pelo ágio, que representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição. Estão classificados como ativos de vida útil indefinida e foram avaliados sem início de impairment, considerando que tais ativos continuam gerando os benefícios econômicos esperados desde o momento da sua aquisição. A amortização é calculada e reconhecida em resultado com base no método linear, partindo da data em que os ativos estão disponíveis para uso. A composição do ativo intangível está apresentada na Nota 12.2.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social
Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O Imposto Corrente é o imposto a ser pago ou recuperado no período aplicável e é registrado no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Encargos Sociais a Recolher e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O Imposto Diferido é representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributário dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os Créditos Tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

Os Créditos Tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial nas rubricas Títulos e Créditos a Receber – Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar – Tributos Diferidos, respectivamente.

O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R\$ 240 mil, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo.

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito, retornando ao patamar de 15% a partir de 01 de janeiro de 2019.

3.7. Provisões Técnicas
As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e Circular SUSEP nº 517/15, e suas respectivas alterações, juntamente com documentos de orientações ao mercado preparados pela SUSEP, e estão classificadas em: (a) Pessoas, (b) Vida Individual e (c) Vida com Cobertura por Sobrevivência e as provisões técnicas de previdência complementar em: (a) Planos não Bloqueados e (b) PGBL.

3.7.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG
A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquida de cos-seguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pró-rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. Conforme a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo do custo do seguro considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco.

A provisão para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-FVNE) é calculada pela Seguradora com base no comportamento histórico das emissões em atraso, em conformidade com a Nota Técnica Atuarial (NTA).

3.7.2. Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL
Processos Administrativos: é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até o encerramento do exercício; Processos Judiciais: é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendendo-se para o risco de cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade do desembolso financeiro e atualização monetária dos processos. Toda análise é baseada na avaliação dos departamentos jurídicos interno e externos da Seguradora, que levam em consideração o caso concreto e a jurisprudência envolvendo o tema. A estimativa de um valor confiável de desembolso envolve também a atribuição de graus de certeza no desfecho de uma ação, ou seja, de acordo com as chances de perda. As probabilidades de perdas são classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

3.7.3. Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados – IBNR
A provisão de IBNR é constituída com base em Nota Técnica Atuarial (NTA), considerando a estimativa histórica entre as datas de ocorrência e de movimentação dos sinistros, de acordo com as normas da SUSEP. A metodologia é baseada em fatores de desenvolvimento obtidos através de triângulos de sinistros, bem como comportamento esperado de sinistralidade.

A metodologia é baseada em dois triângulos de desenvolvimento de sinistros:
• O primeiro triângulo considera todas as movimentações (IBNR Global);
• O segundo triângulo considera as movimentações dos sinistros entre a data de ocorrência e a data do aviso (IBNR).

O resultado apurado no segundo triângulo é contabilizado como IBNR e a diferença entre o resultado do primeiro triângulo (IBNR Global) e o resultado do segundo triângulo (IBNR) é contabilizado conjuntamente à PSL para refletir os movimentos dos sinistros já ocorridos e não suficientemente avisados, mais conhecido como IBNER.

Caso a sinistralidade apurada, já considerando os valores de IBNR conforme acima descrito, esteja em um patamar atípico do comportamento esperado, a Seguradora poderá adotar o ajuste Bornhuetter-Ferguson.

A provisão para o Seguro de Danos Pessoais causados por DPVAT, incluída no saldo da IBNR, é registrada com base nas informações fornecidas pela administração do convênio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

3.7.4. Provisão Complementar de Cobertura – PCC
A Provisão Complementar de Cobertura refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas realistas, considerando a tábua de Mortalidade BR-EMS como experiência de mortalidade e premissas realistas de morbidade, sinistralidade e cancelamentos que melhor refletem a experiência atual observada para cada grupo.

3.7.5. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos – PMBaC e PMBC
A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas líquidas de pagamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em cotas de fundos de investimentos especialmente constituídos. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituída através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional e planos de previdência complementar – Planos Geradores de Benefícios Livres (PGBL) e de Vida Geradores de Benefícios Livres (VGBL). Os encargos financeiros incorridos sobre essas provisões técnicas, quando aplicável, são apresentados na rubrica "Despesas Financeiras".

3.7.6. Provisão de Despesas Relacionadas – PDR
A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e abrange tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro quanto aquelas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

3.7.7. Provisão de Excedente Financeiro – PEF
A Provisão de Excedente Financeiro corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassando-o aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

3.7.8. Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar – PVR
Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios ou as portabilidades solicitadas que estão em processo de liquidação financeira.

3.7.9. Teste de Adequação de Passivos – TAP
Em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, a Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é realizado bruto de resseguro e verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados em vigor na data base desta demonstração. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal para a carteira de seguros e previdência.

Para a realização do teste foram agrupadas as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou-se como premissa técnica a tábua de Mortalidade BR-EMS como experiência de mortalidade e premissas realistas de morbidade, sinistralidade e cancelamentos que melhor refletem a experiência atual observada para cada grupo. Para a projeção das despesas administrativas, foi adotado percentual específico da receita futura projetada para cada grupo de seguros. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP, conforme indexador contratado.

Para grupo de seguros de pessoas, vida individual e vida com cobertura por sobrevivência, o teste foi realizado por tipo de risco, e entre outros inclui índice garantia de inflação, tábua de mortalidade, morte, invalidez e demais riscos. Conforme Circular SUSEP nº 543/17, as empresas que possuem déficit oriundos de alguma carteira devem compensá-las com outros produtos estruturados no mesmo regime técnico, isto é, as empresas deveriam reverter essas provisões até 31 de dezembro de 2018. No entanto, a SUSEP postergou esta obrigatoriedade para 31 de dezembro de 2019, através da Circular SUSEP nº 583/18. A Seguradora reverteu em 31 de dezembro de 2019 o saldo da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no valor de R\$422.762.

3.8. Provisões e Passivos Contingentes
Com base no CPC 25, as provisões são reconhecidas pela Seguradora quando da existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado; sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação supracitada, baseada numa estimativa confiável do valor da obrigação.

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da Seguradora nos processos judiciais em que a Seguradora seja ré. As ações judiciais são avaliadas e os riscos de perda são estimados conforme os seguintes critérios, concomitantemente:

I – O direito invocado encontra-se amparado na norma jurídica vigente;
II – Analisando todo o conjunto probatório, se será suficiente para amparar o pedido e;
III – A existência de precedente, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis bem como argumentos que sirvam de suporte a tais julgamentos.

Após avaliadas, as ações judiciais são classificadas de acordo com o grau de risco de perda para a Seguradora, tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas classificações é dado o seguinte tratamento contábil:

• Perda provável: há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa.
• Perda possível: ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa.
• Perda remota: há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou obrigação já foi devidamente cumprida.

Finalmente, ao ser prolatada decisão judicial que tenha impacto direto no valor contingenciado, o provisionamento deverá ser imediatamente revisado, de forma a adequar-se à nova orientação, alterando-se o risco progressivamente até a sua efetiva perda.

3.9. Benefícios aos Empregados
3.9.1. Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Seguradora em complementação aos benefícios do sistema público de previdência, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

– Plano de Benefícios a Funcionários – Contribuição Definida
A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus empregados e administradores. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base no salário base de contribuição do participante. A Seguradora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar

contribuições adicionais dado que os benefícios estão limitados às reservas constituídas no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas são reconhecidas sob a rubrica "Despesas Administrativas" na demonstração do resultado.

3.10. Resultado
O resultado do período é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguros e cosseguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos (DAC).

As operações de cosseguro aceito e de resseguro são contabilizadas com base nas informações recebidas das Congêneras e das Resseguradoras. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura por sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

4. Gestão de Riscos

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer*, que é responsável por proporcionar uma visão clara, coesa e especializada quanto às aderências às políticas internas e externas definidas para os negócios, não só diagnosticando, mas também propondo, orientando e acompanhando os planos e as ações junto às áreas, de forma a mitigar os riscos/exposições da unidade de negócios locais.

A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias, permite também identificar e avaliar se há riscos que a Seguradora se encontra exposta, que possam estar além do aceitável. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, mitigá-los ou transferi-los.

O processo de gerenciamento de risco envolve diferentes departamentos e conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro de suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações da Seguradora e também no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a Administração tomará as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição financeira.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os Riscos de Crédito, Mercado, Operacional e Subscrição. A estrutura de Gerenciamento de Risco é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

4.1. Riscos de Seguros
4.1.1. Contrato de seguro
O risco de seguro pode ser definido como sendo um risco transferido do segurado para a seguradora por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde o evento segurado obriga a seguradora a pagar benefícios adicionais significativos ao segurado. A Seguradora comercializa contratos de Seguro de Pessoas e Previdência Complementar (produtos de acumulação), e ambos são classificados como contratos de seguro.

A Seguradora possui contratos com obrigações futuras de devolver certos montantes de "excedente técnico" de acordo com índices de sinistralidade, contudo nestes contratos não há participações discricionárias, uma vez que estas obrigações estão destacadas no contrato.

A Seguradora tem suas vendas concentradas nos produtos de Seguros Vida, Acidentes Pessoais e Prestamista e na comercialização de Planos de Previdência (VGBL e PGBL), com foco exclusivo nos clientes correntistas do Banco Santander. Também comercializa produtos relacionados a outros produtos de crédito do Banco Santander. Portanto os perfis financeiro e social dos clientes já são previamente conhecidos, sendo possível estabelecer uma política de aceitação com conhecimento prévio dos riscos.

As principais coberturas operadas são de morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença. Modelos atuariais são utilizados para mensurar o risco de seguro na precificação e no dimensionamento das provisões. Um dos componentes do risco de seguro é a frequência e severidade dos eventos cobertos serem maiores que o esperado. Esses

4.1.3. Análise de Sensibilidade
O quadro abaixo demonstra a análise de sensibilidade nas premissas que impactam diretamente os valores das provisões técnicas, sendo cada premissa analisada isoladamente:

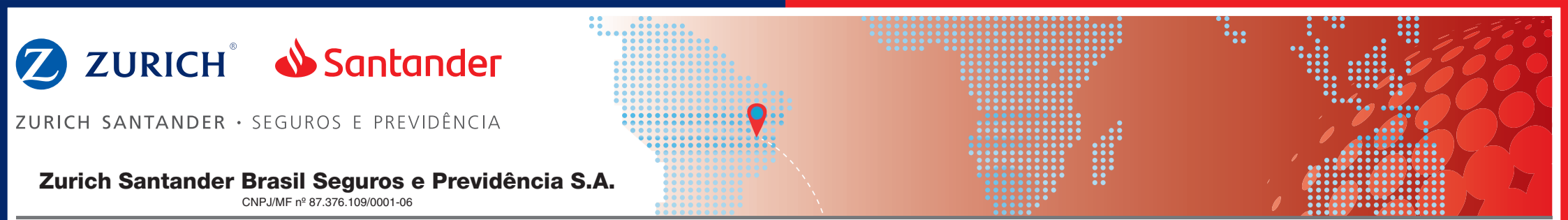
Premissas	Variação (+)	Impacto do Passivo em		Variação (-)	Impacto do Passivo em	
		31/12/2019	em 31/12/2019		31/12/2019	em 31/12/2019
Índice de Conversibilidade	+10%	41	(21)	-10%	(41)	23
Taxa de Juros	+10%	(674)	371	-10%	728	(400)
Mortalidade	+10%	(321)	177	-10%	310	(171)
Inflação	+10%	348	(191)	-10%	(348)	191
		Impacto do Passivo em 31/12/2018	Impacto no Resultado em 31/12/2018		Impacto do Passivo em 31/12/2018	Impacto no Resultado em 31/12/2018
		40	(22)	-10%	(40)	22
Taxa de Juros	+10%	(745)	410	-10%	816	(452)
Mortalidade	+10%	(241)	133	-10%	259	(142)
Inflação	+10%	791	(435)	-10%	(791)	435

4.1.4. Tabela de Desenvolvimento de Sinistros Ano de Ocorrência

Incorridos	Valores Brutos de Resseguro											
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Até a data-base	261.589	250.408	263.883	303.544	348.779	384.868	478.050	550.452	582.333	618.676	712.359	712.352
Um ano mais tarde	276.240	252.335	284.267	328.425	372.993	425.479	477.126	562.492	600.914	623.686	–	623.686
Dois anos mais tarde	277.448	266.689	296.600	339.370	393.588	435.962	486.688	573.892	621.169	–	–	621.169
Três anos mais tarde	293.176	271.621	304.244	351.501	398.643	442.258	503.695	594.000	–	–	–	594.000
Quatro anos mais tarde	298.547	276.286	310.679	355.093	405.222	442.785	515.095	–	–	–	–	515.095
Cinco anos mais tarde	301.279	278.158	310.638	353.953	408.391	450.023	–	–	–	–	–	450.023
Seis anos mais tarde	303.694	279.952	312.152	357.609	405.571	–	–	–	–	–	–	405.571
Sete anos mais tarde	304.731	280.742	313.292	360.065	–	–	–	–	–	–	–	360.065
Oito anos mais tarde	304.447	282.868	314.953	–	–	–	–	–	–	–	–	314.953
Nove anos mais tarde	304.344	284.367	–	–	–	–	–	–	–	–	–	284.367
Dez anos mais tarde	305.029	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	305.029
Estimativa dos Sinistros na Data Base	305.029	284.367	314.953	360.065	405.571	450.023	511.051	594.000	621.169	623.686	712.352	5.182.266
Pagamentos de Sinistros Efetuados	(301.479)	(278.483)	(304.831)	(349.650)	(389.010)	(430.745)	(488.322)	(567.201)	(596.894)	(577.116)	(481.998)	(4.765.729)
Provisão de Sinistros na Data Base (I)	3.550	5.884	10.122	10.415	16.561	19.278	22.729	26.799	24.275	46.570	230.354	416.537
PSL antes 2009 (II)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	22.594
DPVAT (III)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	52.707
IBNER (IV)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(43.667)
PSL TOTAL (I + II + III + IV)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	448.171

Valores Líquidos de Resseguro

Incorridos	Valores Líquidos de Resseguro											
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Até a data-base	258.577	247.538	260.480	298.886	343.737	376.330	471.484	548.213	570.881	606.545	704.705	704.705
Um ano mais tarde	273.643	249.867	280.808	328.522	365.433	416.153	471.669	559.744	593.022	611.660	–	611.660
Dois anos mais tarde	274.911	264.383	292.787	334.023	385.354	426.601	481.566	571.192	613.002	–	–	613.002
Três anos mais tarde	290.392	268.898	300.510	346.055	391.091	432.410	498.505	590.695	–	–	–	590.695
Quatro anos mais tarde	295.762	273.977	306.806	349.685	397.512	433.174	505.658	–	–	–	–	505.658
Cinco anos mais tarde	298.598	275.841	306.762	348.546	400.902	440.197	–	–	–	–	–	440.197
Seis anos mais tarde	301.012	277.629	308.523	352.070	398.081	–	–	–	–	–	–	398.081
Sete anos mais tarde	302.084	278.379	309.762	354.509	–	–	–	–	–	–	–	354.509
Oito anos mais tarde	301.799	280.507	311.425	–	–	–	–	–				



Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os vencimentos dos ativos e passivos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

Table with columns: Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado, Zeros a 5 Anos, De 5 a 10 Anos, De 10 a 15 Anos, Acima de 15 Anos, Total. Rows include various investment and insurance products.

Table with columns: Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado, Zeros a 5 Anos, De 5 a 10 Anos, De 10 a 15 Anos, Acima de 15 Anos, Total. Rows include various investment and insurance products.

4.2.4. Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se o risco estratégico e de reputação.

4.3. Outros Riscos

O risco estratégico é definido como a possibilidade de perdas decorrente de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.

4.4. Gestão de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores.

5. Aplicações Financeiras

5.1. Classificação das Aplicações Financeiras
A classificação e composição das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir. O portfólio classificado como ativo justo por meio de resultado está apresentado no Ativo Circulante.

Table with columns: Taxa de juros contratada, Percentual da Carteira, Em até 1 ano ou indeterminado, acima de 1 até 5 anos, Acima de 5 anos, Valor Contábil, Valor Justo, Custo Atualizado. Rows include various financial instruments.

5.2. Movimentação das Aplicações Financeiras

A movimentação das aplicações financeiras está assim apresentada:

Table with columns: Saldo em 31/12/2018, Aplicações, Resgates, Resultado Financeiro, Ajuste TVM, Saldo em 31/12/2019. Rows include various financial instruments.

6. Créditos das Operações com Seguros e Resseguros

Compostos substancialmente pelas emissões diretas e cosseguros aceitos, os prêmios a receber estão assim compostos:

6.1. Prêmios a Receber - Composição

Table with columns: Ramos, Prêmios a Receber, Redução do Valor Recuperável, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include various insurance types.

6.1.1. Prêmios a Receber por Vencimento

Table with columns: A Vencer até 30 dias, A Vencer de 31 até 60 dias, A Vencer de 61 até 90 dias, A Vencer de 91 até 120 dias, Total a Vencer, 31/12/2019, 31/12/2018.

6.1.2. Movimentação dos Prêmios a Receber

Table with columns: Saldo no Início do Exercício, Prêmios Emitidos Diretos, IOF, Riscos Vigentes não Emitidos - RVNE, Prêmios Cancelados, Recebimentos, Redução ao Valor Recuperável, Redução no Fim do Exercício, 31/12/2019, 31/12/2018.

6.2. Operações com Seguradoras

Neste grupo estão representadas as operações com congêneres e engloba principalmente os sinistros e comissões de cosseguro cedido, assim demonstrados:

Table with columns: Descrição, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Commercialization of Insurance, Prêmios de Cosseguro Cedido, Sinistros de Cosseguro Cedido, Despesas com Sinistros de Cosseguro Cedido.

6.3. Operações com Resseguradoras

Neste grupo estão representadas as operações de cessão de sinistro e recuperações de sinistros entre a Seguradora e a Resseguradora:

Table with columns: Descrição, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Recuperações de Sinistros.

7. Títulos e Créditos a Receber

7.1. Títulos e Créditos a Receber - Banco Santander S.A.
Títulos e Créditos (i)
Outros
Total

Table with columns: Descrição, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Títulos e Créditos a Receber - Banco Santander S.A., Outros.

8. Créditos Tributários e Previdenciários

8.1. Créditos Tributários (Nota 23 b)
IRPJ e CSLL a Compensar - Temporários
PIS e COFINS a Compensar - Temporários
Imposto de Renda na Fonte
Total

Table with columns: Descrição, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Créditos Tributários (Nota 23 b), IRPJ e CSLL a Compensar - Temporários, PIS e COFINS a Compensar - Temporários, Imposto de Renda na Fonte.

9. Outros Créditos

9.1. Outros Créditos
Créditos a Receber - SLA (i)
Adiantamentos
Total

Table with columns: Descrição, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Créditos a Receber - SLA (i), Adiantamentos.

10. Depósitos Judiciais e Fiscais

10.1. Depósitos Judiciais e Fiscais
Sinistros
Fiscais
Trabalhistas
Cíveis
Outros
Total

Table with columns: Descrição, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Sinistros, Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outros.

11. Custos de Aquisição Diferidos

11.1. Custos de Aquisição Diferidos - Seguros
Os custos de aquisição diferidos referentes a operações de seguros são registrados no ativo circulante e não circulante, e estão assim compostos:

Table with columns: Ramos, Corretagem, Agenciamento, Outros, RVNE, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Prestamista, Vida em Grupo, Acidentes Pessoais - Coletivo, Auxílio Funeral, Doenças Graves, Prestamistas, Eventos Aleatórios, Viagem, Demais Ramos.

Table with columns: Ramos, Corretagem, Agenciamento, Outros, RVNE, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Prestamista, Vida em Grupo, Acidentes Pessoais - Coletivo, Auxílio Funeral, Doenças Graves, Prestamistas, Eventos Aleatórios, Viagem, Demais Ramos.

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.2. Custos de Aquisição Diferidos – Previdência
Os custos de aquisição diferidos referentes a operações de previdência são registrados no ativo circulante.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Corretagem	Agenciamento	Outros RVNE	Corretagem	Agenciamento	Outros RVNE
Previdência	-	101.891	-	-	15.853	-
Total	-	101.891	-	-	15.853	-

11.3. Movimentação dos Custos de Aquisição Diferidos
A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Corretagem	Agenciamento	Outros RVNE	Corretagem	Agenciamento	Outros RVNE
Saldo no Início do Exercício	364.010	1.983.620	12.986	222.790	1.749.946	13.063
Constituições	473.454	2.223.740	21.704	332.754	2.073.607	29.498
Amortizações	(267.088)	(1.895.052)	(19.636)	(191.534)	(1.839.933)	(29.575)
Saldo no Fim do Exercício	570.376	2.312.314	15.054	364.010	1.983.620	12.986

12 Investimento e Intangível

12.1. Resultado da Equivalência Patrimonial
A Seguradora participa em 100% no capital social das controladas Zurich Santander Brasil Seguros S.A. e 99% Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. Os resultados das equivalências patrimoniais estão assim apresentados:

	Participações		Investimentos		Equivalência Patrimonial	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	100%	100%	180.775	177.285	181.701	186.716
Zurich Santander Brasil Odonto Ltda.	99%	99%	22.143	25.407	(3.264)	(5.197)
Total			202.918	202.692	178.437	181.519

12.2. Intangível
A movimentação do intangível está assim apresentada:

	31/12/2018			31/12/2019		
	Custo	Amortização	Residual	Aquisição	Baixa	Amortização
Vida útil	74.480	(15.100)	59.380	9.827	(3.281)	(17.452)
5 anos	74.480	(15.100)	59.380	9.827	(3.281)	(17.452)
Indefinido	870.473	-	870.473	-	-	-
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. (RTMVP)	434.810	-	434.810	-	-	-
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par)	434.810	-	434.810	-	-	-
Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A. (BCIS)	372	-	372	-	-	-
Dental Seg Operadora De Planos Odontológicos LTDA	481	-	481	-	-	-
Total	944.953	(15.100)	929.853	9.827	(3.281)	(17.452)

	31/12/2017			31/12/2018		
	Custo	Amortização	Residual	Aquisições	Baixas	Amortização
Vida útil	72.264	(13.576)	58.688	15.792	-	(15.100)
5 anos	72.264	(13.576)	58.688	15.792	-	(15.100)
Indefinido	870.473	-	870.473	-	-	-
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. (RTMVP)	434.810	-	434.810	-	-	-
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par)	434.810	-	434.810	-	-	-
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (BCIS)	372	-	372	-	-	-
Dental Seg Operadora De Planos Odontológicos LTDA	481	-	481	-	-	-
Total	942.737	(13.576)	929.161	15.792	-	(15.100)

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano, ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso. Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa futuro que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. O teste do valor recuperável do ágio foi realizado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, e baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Fluxo de Caixa	Fluxo de Caixa	Fluxo de Caixa	Fluxo de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa (1)	20 Anos	20 Anos	20 Anos	20 Anos
Taxa de Crescimento	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Desconto (2)	11,07%	14,09%	11,07%	14,09%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável, e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

13 Contas a Pagar

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante, estão assim compostas:

13.1. Obrigações a Pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Dividendos e Bonificações	13.397	16.497
Fornecedores	5.036	3.318
Participações nos Lucros a Pagar e Outros	15.418	14.245
Total	33.851	34.060

13.2. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF Terceiros	25.453	28.798
FGTS	685	281
IOF sobre Operações de Seguros	5.957	5.844
PIS, COFINS e CSLL Retido de Terceiros	5.119	6.239
Outros	432	1.999
Total	37.642	43.161

13.3. Impostos e Contribuições

	31/12/2019	31/12/2018
COFINS	31.776	11.933
PIS	5.164	1.939
Imposto de Renda	84.098	4.235
Contribuição Social	56.772	56.189
Total	177.810	74.296

13.4. Outras Contas a Pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Prestação de Serviços a Pagar	10.929	43.268
Provisão Desenvolvimento de Sistemas	6.806	4.216
Outros	4.058	817
Total	21.793	48.301

14 Operações com Seguradoras

	31/12/2019	31/12/2018
Conseguo Cedido	30.192	21.778
Portabilidade	(36)	(396)
Total	30.156	21.382

15 Passivos Contingentes e Obrigações Legais

15.1. Provisões Judiciais
A composição das provisões judiciais está assim apresentada:

	31/12/2019	31/12/2018
Contingências Fiscais	285.119	257.825
Contingências Trabalhistas	6.351	6.579
Contingências Cíveis	6.532	7.774
Total	298.002	272.178

15.2. Movimentação das Provisões Judiciais

	31/12/2019			31/12/2018		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Saldo no Início do Exercício	257.825	6.579	7.774	272.178	225.183	8.304
Constituição Líquida de Reversão	59.452	-	2.204	61.656	91.384	719
Baixas por Pagamentos	(32.158)	(228)	(3.446)	(35.832)	(58.742)	(2.444)
Saldo no Fim do Exercício	285.119	6.351	6.532	298.002	257.825	6.579

a) Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis
As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações judiciais e nas avaliações de êxito da Seguradora com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Seguradora tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

b) Natureza dos principais Processos Fiscais e Previdenciários
Os principais processos judiciais relacionados as obrigações fiscais e previdenciárias estão descritos a seguir:

PIS e COFINS: R\$220.757 em 31 de dezembro de 2019 (R\$186.293 em 31 de dezembro de 2018). A Seguradora possui processos administrativos e judiciais que discutem temas relacionados às contribuições ao PIS e a COFINS, sendo certo que os principais litígios questionam a composição da base de cálculo das contribuições ao PIS e a COFINS, tanto na vigência da Lei nº 9.718/98 quanto da Lei nº 12.973/14.

IRRF: R\$53.171 em 31 de dezembro de 2019 (R\$29.561 em 31 de dezembro de 2018). Trata-se de medida judicial que visa impedir a exigência de pagamento em excesso do IRRF sobre remessas a serem efetuadas pela Seguradora à sua acionista na Espanha, a título de juros sobre capital próprio. **IRRM:** R\$2.979 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.932 em 31 de dezembro de 2018). Refere-se a discussões em processos judiciais que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbos que normalmente não possuem natureza salarial.

18 Provisões Técnicas – Seguros e Previdência Complementar

18.1. Composição das Provisões Técnicas – Seguros
A composição das Provisões Técnicas – Seguros está assim apresentada por agrupamentos de risco:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Prestamistas	Pessoais – Coletivos	Acidentes – Coletivos	Vida em Grupo	DPVAT (todas as categorias)	Auxílio Funeral
Danos e Pessoas						
Provisão de Prêmios não Ganhos – PPNG	3.042.376	-	613.441	774.743	-	84.552
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	47.667	-	119.799	210.447	-	6.526
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR	51.604	-	55.065	43.684	-	1.860
Provisão de Despesas Relacionadas – PDR	2.602	-	6.597	8.970	-	160
Outras Provisões	-	-	-	-	5.312	-
Total	3.144.249	-	794.902	1.037.844	530.389	93.098

	31/12/2019			31/12/2018		
	Prestamistas	Pessoais – Coletivos	Acidentes – Coletivos	Vida em Grupo	DPVAT (todas as categorias)	Auxílio Funeral
Danos e Pessoas						
Provisão de Prêmios não Ganhos – PPNG	2.429.859	-	564.609	776.968	-	77.368
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	32.313	-	126.362	195.469	-	6.241
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR	19.388	-	44.513	51.126	-	1.672
Provisão Complementar de Cobertura – PCC	-	-	72.401	256.511	-	2.571
Provisão de Despesas Relacionadas – PDR	2.002	-	6.583	8.395	-	139
Outras Provisões	-	-	-	-	1.882	-
Total	2.483.562	-	814.468	1.288.469	453.956	85.420

18.2. Composição das Provisões Técnicas – Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevida

A composição das Provisões Técnicas – Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevida está assim apresentada:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevida	45.167.567	36.644.798	45.167.567	36.644.798
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC	95.943	90.838	95.943	90.838
Provisão de Excedentes Financeiros – PEF	2.066	1.054	2.066	1.054
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	2.823	13.615	2.823	13.615
Provisão de Despesas Relacionadas	43	26	43	26
Total	45.268.442	36.750.323	45.268.442	36.750.323

18.3. Composição das Provisões Técnicas – Previdência Complementar

A composição das Provisões Técnicas – Previdência Complementar está assim apresentada:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Planos não Bloqueados e PGBL	8.584.174	7.927.945	8.584.174	7.927.945
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC	2.193	2.315	2.193	2.315
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – PMBC	159.243	149.880	159.243	149.880
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	6.680	9.103	6.680	9.103
Provisão de Excedente Financeiro – PEF	524	178	524	178
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR	1.246	1.886	1.246	1.886
Provisão de Despesas Relacionadas – PDR	459	470	459	470
Provisão Complementar de Cobertura – PCC	1.837	2.024	1.837	2.024
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	8.756.356	8.096.580	8.756.356	8.096.580

c) Natureza dos Processos Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados que pleiteiam dos direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outras verbas trabalhistas. As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores registrados na Seguradora são de R\$6.351 em 31 de dezembro de 2019 (R\$6.579 em 31 de dezembro de 2018).

d) Natureza dos Processos Cíveis

São ações judiciais relacionadas a cobrança de danos morais, lucros cessantes e danos emergentes. As contingências cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada por nossos assessores jurídicos internos e externos, sendo constituídas e reconhecidas com base no risco provável de realização de cada processo. Os valores registrados na Seguradora são de R\$6.532 em 31 de dezembro de 2019 (R\$7.744 em 31 de dezembro de 2018).

15.3. Contingências Classificadas como Risco de Perda Possível

As ações judiciais de natureza fiscal com classificação de perda possível totalizaram R\$1.284.602 em 31 de dezembro de 2019 (R\$888.202 em 31 de dezembro de 2018). Sendo os principais processos os seguintes:

a) IRPJ e CSLL – Dedução de Despesa/Pagamento de Obrigações Contratuais – A Receita Federal do Brasil lavrou Auto de Infração contra a Seguradora para exigir os supostos valores de IRPJ e CSLL referentes ao exercício de 2013, relativo ao repasse de obrigações contratuais efetuado pela Seguradora ao Banco Santander. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$260.849 (R\$246.357 em 31 de dezembro de 2018).

b) IRPJ e CSLL – Ganho de Capital – A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Empresa, sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par), cobrando IRPJ e CSLL relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deveria ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Seguradora e o julgamento do Recurso Especial interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$403.830 (R\$299.785 em 31 de dezembro de 2018).

c) IRPJ e CSLL – Amortização do Ágio – A Receita Federal do Brasil lavrou Auto de Infração contra a Seguradora para exigir os supostos pagamentos de IRPJ e CSLL referentes aos períodos de 2009 e 2010. O argumento utilizado pela Receita Federal é que o ágio amortizado antes da incorporação das empresas Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. e ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) não poderia ser deduzido da base de cálculo dos tributos. O lançamento foi devidamente impugnado e o Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2018	
	Em Milhares de Reais	Em Reais por Ação Ordinária Líquido do IR
Dividendos (1)	529.329	0,0470
Juros sobre Capital Próprio (2)	182.482	0,0162
Juros sobre Capital Próprio (3)	19.184	0,0017
Total	730.995	0,0014

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018, apurados com base no resultado do exercício social de 2018, e pagos no dia 07 de dezembro de 2018.
 (2) Deliberados pela Assembleia Geral Extraordinária de 06 de dezembro de 2018, apurado com base no resultado do período de 01 de janeiro a 30 de dezembro de 2018, no montante de R\$182.482, e pagos no dia 07 de dezembro de 2018.
 (3) Deliberados pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2018, apurado com base no resultado do período de 01 a 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$19.184, e pagos no dia 18 de janeiro de 2019.

c) Reserva para Equalização de Dividendos
 A reserva está limitada ao valor do Capital Social. A Seguradora poderá deliberar o saldo através da distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

d) Reserva Legal
 Constituída à razão de 5% do Lucro líquido apurado em cada exercício social de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, não podendo ultrapassar 20% do Capital Social.

e) Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários
 Resultado do ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o montante registrado nessa rubrica é de R\$332.395 e R\$152.446, respectivamente.

21 Resultado com os Principais Ramos de Atuação

21.1. Prêmios Ganhos

Descrição	Prêmios Ganhos		% Sinistralidade		% Comercialização	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prestamista	1.668.261	1.352.105	11	8	65	65
Vida em Grupo	1.310.008	1.063.177	25	31	36	46
Acidentes Pessoais – Coletivo	1.042.910	928.132	9	8	54	57
Auxílio Funeral	126.340	135.841	7	6	48	48
Doenças Graves	128.365	129.002	15	14	46	47
DPVAT (Todas as Categorias)	57.383	113.306	76	81	–	1
Eventos Aleatórios	13.245	12.984	16	11	45	47
Demais Ramos	53.643	47.371	3	–	4	1
Total	4.401.155	3.781.918				

b) Prêmios Ganhos Líquido de Resseguro

Descrição	Prêmios Ganhos		% Sinistralidade		% Comercialização	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prestamista	1.667.901	1.351.716	11	8	65	65
Vida em Grupo	1.299.300	1.054.921	25	31	36	46
Acidentes Pessoais – Coletivo	1.042.278	926.549	9	8	54	57
Auxílio Funeral	126.340	135.841	7	6	48	48
Doenças Graves	128.365	129.002	15	14	46	47
DPVAT (Todas as Categorias)	57.383	113.306	76	81	–	1
Eventos Aleatórios	13.245	12.984	16	11	45	47
Demais Ramos	53.632	47.369	3	–	4	1
Total	4.388.444	3.771.688				

21.2. Sinistros Ocorridos

Descrição	Sinistro Bruto de Resseguro		Sinistro Líquido de Resseguro	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prestamista	(182.478)	(110.519)	(182.404)	(110.333)
Vida em Grupo	(330.027)	(326.156)	(326.430)	(322.819)
Acidentes Pessoais – Coletivo	(94.818)	(75.161)	(90.318)	(70.547)
Auxílio Funeral	(8.760)	(7.625)	(8.760)	(7.625)
Doenças Graves	(19.341)	(17.436)	(19.341)	(17.436)
DPVAT (Todas as Categorias)	(43.376)	(91.992)	(43.376)	(91.992)
Eventos Aleatórios	(2.127)	(1.368)	(2.127)	(1.368)
Demais Ramos	(1.170)	(114)	(1.170)	(115)
Total	(682.637)	(630.371)	(674.466)	(622.235)

21.3. Custo de Aquisição

21.3.1. Custo de Aquisição – Seguros

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Prestamista	(1.088.656)
Vida em Grupo	(471.785)	(494.245)
Acidentes Pessoais – Coletivo	(565.432)	(533.560)
Auxílio Funeral	(60.381)	(64.862)
Doenças Graves	(58.987)	(60.783)
DPVAT (Todas as Categorias)	(12)	(1.363)
Eventos Aleatórios	(6.003)	(6.067)
Demais Ramos	(2.152)	(254)
Total	(2.253.408)	(2.040.356)

b) Custo de Aquisição Líquido de Resseguro

A Seguradora não repassa os custos de aquisição para as Resseguradoras.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	VGBL	(494)
PGBL	(31.386)	(8.556)
Total	(31.880)	(19.788)

21.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Despesas Com Administração de Apólices	(1.358)
Reversão por Redução do Valor Recuperável (i)	63	21.993
Outras Despesas com Operações de Seguros e Previdência	(5.785)	(3.287)
Total	(7.060)	16.747

(i) No primeiro semestre de 2018, foi implementado um estudo de redução ao valor recuperável de Prêmios a Receber, considerando o percentual médio de perdas realizadas, os cancelamentos e os riscos decorridos.

22 Detalhamento das Contas de Resultado

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Despesas Administrativas	(18.505)
Depreciação e Amortização	(78.055)	(66.607)
Provisão de Provisões	(56.228)	(51.943)
Serviços de Terceiros	(5)	2.728
Localização e Funcionamento	(17.457)	(17.105)
Publicação e Propaganda	(2.225)	(4.820)
Donativo e Contribuição	(15.427)	(13.671)
Convênio DPVAT	(4.086)	(8.670)
Outras	(191.988)	(176.193)
Total	(418.001)	(399.836)

22.2. Despesas com Tributos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	COFINS	(182.807)
PIS	(29.785)	(26.774)
Taxa de Fiscalização SUSEP	(4.050)	(4.050)
Outras	(8.114)	(3.990)
Total	(224.756)	(199.579)

22.3. Resultados Financeiros

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Receitas Financeiras	3.892.361
Títulos de Renda Fixa	555.119	432.037
Títulos de Renda Variável	433	110.848
Receitas com Créditos Tributários	6.962	11.157
Receitas Consórcio DPVAT	902	1.181
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	2.396	2.733
Receitas com Fundos de Investimentos	3.283.088	2.370.161
Receitas com Fundos de Investimentos DPVAT	33.581	27.694
Receitas com Juros de Capital	–	611
Outras Receitas Financeiras	9.880	9.196
Despesas Financeiras	(3.365.782)	(2.459.362)
Seguros Ramos Elementares e Vida em Grupo	(59.052)	(49.619)
Provisões Técnicas de Vida Individual com Cobertura de Sobrevivência	(2.745.864)	(1.955.889)
Provisões Técnicas de Previdência Complementar	(539.041)	(427.504)
Impostos e Contribuições	(17.686)	(20.765)
Outras	(4.159)	(5.584)
Total	526.579	506.256

22.4. Resultado Patrimonial

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Receitas Patrimoniais	178.437
Imóveis de Renda	–	357
Resultado de Equivalência Patrimonial	178.437	181.520
Despesas Patrimoniais	–	(2)
Imóveis de Renda	–	(2)
Total	178.437	181.875

22.5. Impostos e Participações sobre o Lucro

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Imposto de Renda	(353.125)
Contribuição Social	(221.225)	(220.245)
Participação sobre o Lucro	(10.872)	(12.282)
Total	(585.222)	(493.911)

23 Ativos e Passivos Fiscais

a) Natureza dos Créditos Tributários

Descrição	Saldo 31/12/2019	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo 31/12/2019
	Provisão para Contingências Cíveis	3.110	–	(497)
Provisão para Contingências Fiscais	98.961	10.563	–	109.524
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.644	–	(90)	2.554
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	5.790	541	–	6.331
Outras Provisões e Ajustes Temporários	9.205	2.168	–	11.373
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	119.710	13.272	(587)	132.395
Total dos Créditos Tributários	119.710	13.272	(587)	132.395
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	119.710	13.272	(587)	132.395

Descrição	Saldo 31/12/2017	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo 31/12/2018
	Provisão para Contingências Cíveis	2.937	2.610	(2.437)
Provisão para Contingências Fiscais	81.164	22.931	(5.134)	98.961
Provisão para Contingências Trabalhistas	3.319	580	(1.255)	2.644
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa	3	–	(3)	–
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	7.939	5.527	(7.676)	5.790
Outras Provisões e Ajustes Temporários	27.290	2.168	(18.085)	9.205
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	122.652	31.648	(34.590)	119.710
Total dos Créditos Tributários	122.652	31.648	(34.590)	119.710
Créditos não Registrados	303	–	(303)	–
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	122.955	31.648	(34.893)	119.710

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias IRPJ		Diferenças Temporárias CSLL		Total
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
2020	16.240	9.905	26.145	–	42.385
2021	7.707	4.785	12.492	–	20.199
2022	15.084	9.128	24.212	–	48.424
2023	21.888	12.885	34.773	–	69.546
2024	21.888	12.885	34.773	–	69.546
Total	82.807	49.588	132.395	–	132.395

Ano	Diferenças Temporárias IRPJ		Diferenças Temporárias CSLL		Total
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
2019	9.225	5.776	15.001	–	24.996
2020	7.994	5.040	13.034	–	26.068
2021	1.613	1.967	3.580	–	5.160
2022	2.814	932	3.746	–	6.492
2023	45.843	26.679	72.522	–	118.444
2024 a 2026	7.390	4.434	11.824	–	23.648
2027 a 2028	2	1	3	–	6
Total	74.881	44.829	119.710	–	119.710

(*) Ante a imprevisibilidade do Poder Judiciário em julgar os processos, a Seguradora para o exercício de 2019 efetuou uma revisão nas premissas utilizadas para elaboração da realização do crédito tributário, reduzindo o prazo de 10 anos para 5 anos.

c) Natureza e Origem dos Tributos Diferidos

Descrição	Saldo 31/12/2018	Consti-tuição	Saldo 31/12/2019
	Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos	18.398	34.053
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	110.321	126.492	236.813
Total	128.719	160.545	289.264

Descrição	Saldo 31/12/2017	Consti-tuição	Saldo 31/12/2018
	Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos	9.827	8.571
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	98.311	12.010	110.321
Total	108.138	20.581	128.719

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Resultado antes dos Impostos e Participações	1.853.777
Participação sobre o Resultado	(10.872)	(12.282)
Juros sobre o Capital Próprio	(203.359)	(201.666)
Resultado antes dos Impostos	1.639.546	1.317.642
Encargo Total do IR e CSLL	(655.818)	(592.939)
Resultado de Participação em Controlada	71.375	81.684
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(3.488)	(805)
Demais Ajustes	13.581	30.431
Total	(574.350)	

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

Comitê de Auditoria

Introdução

O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A. ("Seguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos.

É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos.

As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

1. Atividades do Comitê

No decorrer do exercício de 2019, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram:

- Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê;
- Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2019 e dos relatórios emitidos;
- Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2019;
- Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais;
- Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2019.

2. Auditoria Interna

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2019 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2019, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2019.

4. Controladoria

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2019, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2019.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

Helio Fernando Leite Solino

Luiz Roberto Cafarella

Fernando Faria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais

Aos Administradores e Acionistas
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020